

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO:

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os estudos realizados para identificar soluções que possam atender à necessidade apresentada pelas secretarias municipais, conforme disposto no art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021. Nesta fase serão analisadas as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade identificada, culminando na definição da solução mais vantajosa para a Administração.

ANÁLISE DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA-MT.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Áreas Requisitantes:

- Secretaria Municipal de Administração;
- Secretaria Municipal de Finanças;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Juventude.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

O presente estudo decorre da necessidade de avaliar soluções destinadas à adequação, manutenção e disponibilização de equipamentos de prevenção e combate a incêndio para atendimento das secretarias municipais e demais prédios públicos vinculados ao Município de Cláudia-MT.

Os equipamentos de combate a incêndio, especialmente os extintores, constituem instrumentos essenciais para a segurança coletiva, proteção patrimonial e atendimento às normas de prevenção contra incêndio e pânico aplicáveis às edificações públicas. Sua adequada instalação, conservação e funcionamento são indispensáveis para possibilitar

resposta imediata em situações emergenciais, minimizando riscos à integridade física de servidores, usuários dos serviços públicos e ao patrimônio público municipal.

As edificações públicas municipais possuem características e níveis de risco distintos, demandando análise contínua das condições dos equipamentos existentes, abrangendo aspectos como validade, capacidade operacional, adequação ao tipo de risco, necessidade de manutenção, recarga, testes e eventual substituição de equipamentos inservíveis ou fora das especificações técnicas exigidas pelos órgãos competentes.

Além da necessidade operacional e preventiva, a manutenção da regularidade dos equipamentos de combate a incêndio está diretamente relacionada ao cumprimento das exigências estabelecidas nas normas técnicas aplicáveis, regulamentações do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso e demais disposições legais pertinentes à segurança das edificações públicas.

A ausência de medidas adequadas de manutenção e controle dos equipamentos poderá comprometer:

- A segurança dos usuários e servidores públicos;
- A preservação do patrimônio público;
- A capacidade de resposta em situações emergenciais;
- A regularidade das edificações perante órgãos fiscalizadores;
- A continuidade das atividades administrativas e da prestação dos serviços públicos.

Dessa forma, torna-se necessária a realização do presente estudo técnico preliminar, visando identificar as soluções mais adequadas para assegurar condições apropriadas de prevenção e combate a incêndio nos prédios públicos municipais, observando critérios de segurança, eficiência, economicidade, continuidade administrativa e conformidade legal.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PCA

A necessidade identificada encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município, estando alinhada ao planejamento das secretarias demandantes para o exercício correspondente.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade de garantir condições adequadas de segurança e prevenção contra incêndio nos prédios públicos municipais, as soluções avaliadas deverão

atender aos requisitos mínimos de qualidade, segurança, eficiência e conformidade legal aplicáveis ao objeto.

Os materiais e serviços deverão observar:

- as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT aplicáveis à prevenção e combate a incêndio;
- as regulamentações do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso;
- as exigências de certificação e conformidade do INMETRO;
- as demais legislações e normas aplicáveis à segurança das edificações públicas.

As soluções avaliadas deverão possibilitar:

- fornecimento de extintores de incêndio novos;
- recarga de extintores de incêndio;
- fornecimento de suportes para fixação dos equipamentos;
- fornecimento de placas de sinalização para identificação e localização dos equipamentos de combate a incêndio.

Os equipamentos fornecidos deverão apresentar condições adequadas de funcionamento, conservação e segurança, observando a capacidade, o tipo de agente extintor e as especificações compatíveis com os riscos existentes em cada unidade administrativa.

As empresas aptas à execução da solução deverão possuir regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação compatível com o objeto contratado.

A solução adotada deverá possibilitar atendimento parcelado conforme a demanda das secretarias municipais, observando condições adequadas de segurança, eficiência e continuidade dos serviços públicos.

Além disso, deverão ser observadas práticas ambientalmente adequadas quanto ao transporte, manuseio e destinação dos resíduos eventualmente gerados durante a execução dos serviços, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a necessidade de assegurar condições adequadas de segurança e prevenção contra incêndio nos prédios públicos municipais, foi realizado levantamento das soluções disponíveis no mercado para atendimento da demanda relacionada aos equipamentos de combate a incêndio, especialmente extintores e serviços correlatos.

A análise considerou aspectos técnicos, operacionais, econômicos e administrativos, observando a realidade estrutural do Município, a diversidade das unidades atendidas, a

necessidade contínua de manutenção dos equipamentos e as exigências legais aplicáveis às edificações públicas. Durante o levantamento, identificaram-se as seguintes alternativas potencialmente aplicáveis à necessidade da Administração Pública Municipal:

a) Utilização dos equipamentos existentes com execução apenas de recarga e manutenção periódica

Esta alternativa consiste na manutenção da estrutura atualmente existente no Município, realizando apenas serviços periódicos de recarga, manutenção preventiva, manutenção corretiva, testes hidrostáticos e substituição pontual de componentes danificados.

Vantagens:

- menor custo imediato em comparação à substituição integral dos equipamentos;
- aproveitamento do patrimônio público já existente;
- menor impacto financeiro inicial;
- possibilidade de atendimento gradual das demandas.

Desvantagens:

- possibilidade de existência de equipamentos antigos, deteriorados ou fora das especificações técnicas atuais;
- maior risco de manutenção recorrente em equipamentos com elevado desgaste;
- dificuldade de padronização dos equipamentos entre as unidades públicas;
- eventual limitação operacional em situações onde os equipamentos já não apresentem vida útil adequada;
- possibilidade de aumento de custos corretivos ao longo do tempo.

Análise da alternativa:

Embora a solução permita aproveitamento dos equipamentos já pertencentes ao Município, sua adoção isolada pode não ser suficiente para garantir plena adequação das unidades públicas, especialmente nos casos em que houver equipamentos vencidos, condenados ou incompatíveis com as exigências normativas vigentes.

Dessa forma, a alternativa mostra-se parcialmente adequada, podendo ser utilizada de maneira complementar, mas não exclusiva.

b) Substituição integral dos equipamentos mediante aquisição de novos extintores

A alternativa consiste na substituição total dos equipamentos existentes por novos extintores, adequados às normas técnicas e às características de risco de cada unidade administrativa.

Vantagens:

- renovação integral dos equipamentos;
- maior padronização entre os prédios públicos;
- redução inicial da necessidade de manutenção corretiva;
- maior confiabilidade operacional dos equipamentos;
- adequação imediata às exigências técnicas e normativas.

Desvantagens:

- elevado custo inicial para aquisição integral dos equipamentos;
- necessidade futura de manutenção periódica, recarga e testes obrigatórios;
- possível descarte prematuro de equipamentos ainda recuperáveis;
- aumento do impacto patrimonial e orçamentário da solução.

Análise da alternativa:

Embora tecnicamente eficiente para renovação do parque de equipamentos, a substituição integral pode representar medida economicamente menos vantajosa, especialmente considerando que parte dos equipamentos existentes poderá permanecer apta ao uso mediante manutenção adequada.

Além disso, a solução não elimina a necessidade permanente de serviços técnicos periódicos, indispensáveis à continuidade da regularidade operacional dos equipamentos.

c) Locação de equipamentos de combate a incêndio

A solução consiste na disponibilização dos extintores por empresa especializada, mediante locação, incluindo serviços de manutenção, substituição, controle de validade e suporte técnico contínuo.

Vantagens:

- redução da necessidade de gestão patrimonial dos equipamentos pelo Município;
- atualização e substituição dos equipamentos sob responsabilidade da empresa;
- previsibilidade operacional;

- possibilidade de centralização da manutenção e controle técnico.

Desvantagens:

- custo continuado potencialmente superior no médio e longo prazo;
- dependência contratual permanente da empresa fornecedora;
- possibilidade de limitação de fornecedores aptos na região;
- menor incorporação patrimonial de bens permanentes ao Município;
- risco de elevação dos custos em renovações contratuais futuras.

Análise da alternativa:

Apesar de apresentar facilidades operacionais, a locação não se mostra a alternativa mais vantajosa para a realidade municipal, especialmente considerando a existência de equipamentos já pertencentes ao patrimônio público e a possibilidade de manutenção parcial destes equipamentos com menor impacto financeiro.

Adicionalmente, a solução pode gerar dependência contínua de contratação externa para atendimento integral da demanda.

d) Solução integrada para fornecimento de extintores, recarga de equipamentos existentes, fornecimento de suportes e placas de sinalização.

A alternativa consiste na adoção de solução abrangente, permitindo à Administração realizar tanto a manutenção dos equipamentos existentes quanto o fornecimento de novos equipamentos quando necessário, incluindo:

- recarga;
- substituição de equipamentos condenados;
- fornecimento complementar de extintores;

Vantagens:

- maior flexibilidade operacional;
- possibilidade de aproveitamento dos equipamentos em condições adequadas;
- substituição apenas dos equipamentos efetivamente inservíveis;
- melhor relação entre economicidade e eficiência;
- padronização gradual dos equipamentos;
- atendimento contínuo das exigências legais e normativas;
- centralização da gestão técnica da solução;
- adequação às diferentes realidades das unidades públicas municipais.

Desvantagens:

- necessidade de gerenciamento contínuo da execução contratual;

- dependência de levantamento técnico adequado das necessidades de cada unidade;
- possibilidade de variação das demandas ao longo da vigência contratual.

Análise da alternativa:

A solução integrada apresenta maior compatibilidade com as necessidades do Município de Cláudia-MT, considerando a necessidade de manutenção das condições adequadas de segurança contra incêndio nas edificações públicas e a existência simultânea de demandas por aquisição de equipamentos, recargas, suportes e sinalização.

A alternativa possibilita o aproveitamento dos equipamentos que permanecem aptos à utilização, mediante realização das recargas necessárias, bem como o fornecimento de novos equipamentos e materiais complementares quando demandado pela Administração.

Além disso, a solução permite atendimento parcelado e conforme demanda, contribuindo para a racionalização dos gastos públicos, otimização dos recursos disponíveis e manutenção das condições de segurança exigidas para as edificações públicas municipais.

Conclusão do levantamento de mercado

Após análise das alternativas disponíveis, verifica-se que a solução integrada para fornecimento de extintores de incêndio, execução de recargas, fornecimento de suportes e placas de sinalização mostra-se a alternativa mais adequada para atendimento das necessidades do Município de Cláudia-MT.

A solução apresenta melhor equilíbrio entre:

- economicidade;
- eficiência operacional;
- segurança das edificações públicas;
- continuidade administrativa;
- adequação normativa;
- flexibilidade para atendimento das demandas municipais.

Dessa forma, conclui-se que a adoção da solução integrada proporciona maior vantagem à Administração Pública, permitindo atendimento adequado das necessidades relacionadas à prevenção e combate a incêndio nos prédios públicos municipais, em conformidade com a legislação e as normas técnicas aplicáveis.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa das quantidades necessárias foi elaborada com base nos Documentos de Formalização de Demanda – DFDs encaminhados pelas secretarias municipais participantes do presente Estudo Técnico Preliminar.

Para definição dos quantitativos, foi realizado levantamento pelas secretarias municipais em conjunto com a Técnica de Segurança do Trabalho do Município, mediante visitas técnicas realizadas nas repartições públicas municipais, com o objetivo de identificar as necessidades de cada unidade quanto aos equipamentos de prevenção e combate a incêndio.

Durante as visitas foram avaliados:

- Os equipamentos atualmente existentes; o estado de conservação dos extintores; a validade das cargas; a necessidade de recarga dos equipamentos; a necessidade de aquisição de novos extintores; a adequação dos equipamentos aos riscos existentes em cada ambiente; a necessidade de instalação de suportes para fixação dos equipamentos; a necessidade de sinalização para identificação e localização dos equipamentos de combate a incêndio.

O levantamento contemplou escolas, unidades de saúde, prédios administrativos, espaços esportivos, centros de atendimento, unidades operacionais e demais instalações públicas municipais vinculadas às secretarias demandantes.

Além das necessidades permanentes das unidades administrativas, a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Juventude também considerou a utilização temporária de equipamentos de combate a incêndio durante a realização de eventos promovidos ou apoiados pelo Município, observando as exigências de segurança aplicáveis a eventos públicos e atividades com concentração de público.

Os quantitativos estimados refletem as necessidades identificadas no momento do levantamento, buscando assegurar condições adequadas de segurança das edificações públicas, proteção dos usuários e servidores, preservação do patrimônio público e atendimento às normas técnicas e regulamentares aplicáveis.

Com base nos levantamentos realizados, foram identificadas as seguintes estimativas de quantitativos:

Seq.	Descrição	Quantidade
01	ABC - 1 KG - EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL TIPO ABC, CARGA DE 1 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZAÇÃO DIRETA, DESTINADO A VEÍCULOS, COM CERTIFICAÇÃO INMETRO E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	3



02	ABC - 12KG - EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL TIPO ABC, CARGA DE 12 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZAÇÃO DIRETA, CERTIFICADO PELO INMETRO E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	3
03	ABC - 12KG - RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO ABC, CARGA DE 12 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	3
04	ABC - 2 KG - EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL TIPO ABC, CARGA DE 2 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZADO, PARA USO VEICULAR, CERTIFICADO PELO INMETRO.	1
05	ABC - 4 KG - EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL TIPO ABC, CARGA DE 4 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZADO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	13
06	ABC - 4KG - RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO ABC, CAPACIDADE DE 4 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	28
07	ABC - 6KG - EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL TIPO ABC, CARGA DE 6 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZADO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	37
08	ABC - 6 KG - RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO ABC, CARGA DE 6 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	7
09	ABC - 8 KG - EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL TIPO ABC, CARGA DE 8 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZADO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	1
10	ABC - 8 KG - RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO ABC, CARGA DE 8 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	3
11	BC - 12 KG - RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO BC, CARGA DE 12 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	1
12	BC - 4 KG - RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO BC, CARGA DE 4 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	15
13	BC - 6KG - CO ₂ - RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO CO ₂ (DIÓXIDO DE CARBONO), CARGA DE 6 KG, CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	3
14	BC - 6 KG - EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL TIPO BC, CARGA DE 6 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZADO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	1
15	BC - 6 KG - RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO BC, CARGA DE 6 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	28
16	BC - 8KG - RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO BC, CARGA DE 8 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	4
17	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL TIPO AP (ÁGUA PRESSURIZADA), CARGA DE 10 LITROS DE ÁGUA, PRESSURIZADO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	2
18	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EXTINTOR DE INCÊNDIO (SÍMBOLO INDICATIVO), EM PVC, DIMENSÕES 21 X 21 CM, CONFORME NORMAS ABNT VIGENTES.	57
19	RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO AP (ÁGUA PRESSURIZADA), CARGA DE 10 LITROS, CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	43
20	SUORTE PARA FIXAÇÃO DE EXTINTOR DE INCÊNDIO, COMPATÍVEL COM A CAPACIDADE DO EQUIPAMENTO A SER INSTALADO.	28
	TOTAL:	

Os quantitativos apresentados possuem caráter estimativo e foram definidos com base nas necessidades identificadas durante as visitas técnicas e nas informações prestadas pelas

secretarias municipais, podendo sofrer variações em razão de adequações técnicas futuras, substituição de equipamentos condenados, alterações estruturais nas unidades públicas ou ampliação das necessidades operacionais da Administração.

A metodologia adotada busca assegurar compatibilidade entre a demanda efetivamente identificada nas unidades públicas e a necessidade de manutenção das condições adequadas de segurança e prevenção contra incêndio nos prédios públicos municipais.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da futura contratação foi elaborada a partir de levantamento de preços realizado junto a fornecedores do ramo especializado em equipamentos e serviços de prevenção e combate a incêndio.

Para composição da estimativa, foram considerados os quantitativos levantados pelas secretarias municipais durante as visitas técnicas realizadas em conjunto com a Técnica de Segurança do Trabalho do Município, bem como os valores obtidos mediante pesquisa de mercado com fornecedores aptos ao atendimento da demanda.

O levantamento mercadológico foi realizado por meio da obtenção de 03 (três) orçamentos, observando-se os princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade para a Administração Pública, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e regulamentações municipais aplicáveis.

A metodologia utilizada para formação do preço estimado considerou a média dos valores obtidos nas cotações válidas apresentadas pelos fornecedores consultados, buscando minimizar distorções ocasionadas por preços excessivamente elevados ou inexequíveis. Com base nos levantamentos realizados, obteve-se a seguinte estimativa de valores:

Seq.	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Médio (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
01	ABC - 1 KG - EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL TIPO ABC, CARGA DE 1 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZAÇÃO DIRETA, DESTINADO A VEÍCULOS, COM CERTIFICAÇÃO INMETRO E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	3	120,33	361,00
02	ABC - 12KG - EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL TIPO ABC, CARGA DE 12 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS),	3	340,33	1.021,00



	PRESSURIZAÇÃO DIRETA, CERTIFICADO PELO INMETRO E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.			
03	ABC - 12KG - RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO ABC, CARGA DE 12 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	3	170,33	511,00
04	ABC - 2 KG - EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL TIPO ABC, CARGA DE 2 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZADO, PARA USO VEICULAR, CERTIFICADO PELO INMETRO.	1	130,33	130,33
05	ABC - 4 KG - EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL TIPO ABC, CARGA DE 4 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZADO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	13	290,33	3.774,33
06	ABC - 4KG - RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO ABC, CAPACIDADE DE 4 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	28	100,33	2.809,33
07	ABC - 6KG - EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL TIPO ABC, CARGA DE 6 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZADO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	37	300,33	11.112,33
08	ABC - 6 KG - RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO ABC, CARGA DE 6 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	7	90,33	632,33
09	ABC - 8 KG - EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL TIPO ABC, CARGA DE 8 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZADO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	1	300,33	300,33
10	ABC - 8 KG - RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO ABC, CARGA DE 8 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	3	150,33	451,00
11	BC - 12 KG - RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO BC, CARGA DE 12 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	1	150,33	150,33
12	BC - 4 KG - RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO BC, CARGA DE 4 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	15	80,33	1.205,00
13	BC - 6KG - CO ₂ - RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO CO ₂ (DIÓXIDO DE CARBONO), CARGA DE 6 KG, CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	3	190,33	571,00
14	BC - 6 KG - EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL TIPO BC, CARGA DE 6 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZADO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	1	270,33	270,33
15	BC - 6 KG - RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO BC, CARGA DE 6 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	28	80,33	2.249,33

16	BC - 8KG - RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO BC, CARGA DE 8 KG DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	4	90,33	361,33
17	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL TIPO AP (ÁGUA PRESSURIZADA), CARGA DE 10 LITROS DE ÁGUA, PRESSURIZADO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	2	300,33	600,67
18	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EXTINTOR DE INCÊNDIO (SÍMBOLO INDICATIVO), EM PVC, DIMENSÕES 21 X 21 CM, CONFORME NORMAS ABNT VIGENTES.	57	29,33	1.672,00
19	RECARGA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO AP (ÁGUA PRESSURIZADA), CARGA DE 10 LITROS, CONFORME NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	43	90,33	3.884,33
20	SUORTE PARA FIXAÇÃO DE EXTINTOR DE INCÊNDIO, COMPATÍVEL COM A CAPACIDADE DO EQUIPAMENTO A SER INSTALADO.	28	24,33	681,33
TOTAL:				

Valor Total Estimado da Contratação: R\$ 32.748,63

O valor estimado possui caráter referencial e visa subsidiar a análise de viabilidade da solução, podendo sofrer alterações em razão de adequações técnicas, atualização dos quantitativos, oscilação de preços de mercado ou ampliação das necessidades administrativas até a conclusão da futura contratação.

A estimativa elaborada demonstra compatibilidade com os valores praticados no mercado regional para o fornecimento e execução dos serviços relacionados à prevenção e combate a incêndio, observando critérios de razoabilidade e compatibilidade com a realidade da Administração Pública Municipal.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução identificada como mais adequada para atendimento da necessidade do Município de Cláudia-MT consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de extintores de incêndio, execução de recargas de extintores, fornecimento de suportes de fixação e placas de sinalização, destinados ao atendimento das secretarias municipais e demais prédios públicos vinculados à Administração Municipal. A solução contempla, conforme a necessidade identificada pela Administração:

- fornecimento de extintores de incêndio novos, de diferentes capacidades e agentes extintores;
- recarga de extintores de incêndio existentes;
- fornecimento de suportes para fixação dos equipamentos;

- fornecimento de placas de sinalização para identificação e localização dos equipamentos de combate a incêndio.

Os materiais e serviços deverão observar integralmente:

- as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT aplicáveis à prevenção e combate a incêndio;
- as regulamentações do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso;
- as exigências de certificação e conformidade do INMETRO;
- as demais legislações e normas técnicas aplicáveis ao objeto.

A execução ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda da Administração Municipal, possibilitando o atendimento contínuo das necessidades das unidades administrativas e a manutenção das condições mínimas de segurança das edificações públicas. A adoção da solução proposta mostra-se vantajosa por possibilitar:

- a reposição de equipamentos necessários à segurança das edificações públicas;
- a manutenção da operacionalidade dos extintores existentes por meio das recargas necessárias;
- a adequação da sinalização dos equipamentos de combate a incêndio;
- o atendimento das exigências legais e normativas relacionadas à prevenção e combate a incêndio;
- a proteção da integridade física de servidores, colaboradores e usuários dos serviços públicos;
- a preservação do patrimônio público municipal.

Dessa forma, a solução proposta apresenta-se compatível com as necessidades identificadas pela Administração Pública Municipal, observando critérios de eficiência, economicidade, segurança, continuidade administrativa e conformidade legal.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Nos termos do art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, foi avaliada a viabilidade de parcelamento da solução pretendida, observando-se os princípios da competitividade, economicidade e ampliação da participação de fornecedores.

A solução identificada neste Estudo Técnico Preliminar contempla o fornecimento de extintores de incêndio, execução de recargas, fornecimento de suportes e placas de sinalização, itens que, embora relacionados à mesma finalidade de prevenção e combate a incêndio, possuem natureza comum e podem ser fornecidos de forma independente por empresas atuantes no segmento.

Verifica-se que não há dependência técnica entre os itens que impeça sua contratação individualizada, tampouco prejuízo à funcionalidade da solução em razão do parcelamento. Ao contrário, a divisão do objeto por itens tende a ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores e aumentando as chances de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Além disso, o parcelamento permite maior flexibilidade na gestão contratual, favorece a obtenção de preços mais competitivos para cada item específico e reduz o risco de restrição indevida à participação de empresas de menor porte que, embora aptas a fornecer parte dos itens, eventualmente não possuam capacidade para atender à totalidade do objeto.

Dessa forma, conclui-se que a solução é tecnicamente parcelável e que a adoção do julgamento por item mostra-se a alternativa mais adequada para a futura contratação, por atender aos princípios da economicidade, eficiência e competitividade, sem comprometer a execução do objeto ou os resultados pretendidos pela Administração Municipal.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A solução objeto do presente estudo possui relação com as ações e medidas de segurança patrimonial e prevenção contra incêndio adotadas pela Administração Pública Municipal, especialmente aquelas voltadas à regularidade das edificações públicas perante os órgãos de fiscalização e controle.

Nesse contexto, a solução poderá possuir correlação com:

- serviços de segurança do trabalho;
- adequações estruturais das edificações públicas;
- projetos de prevenção e combate a incêndio e pânico;
- sinalização de emergência;
- emissão e renovação de alvarás e licenças;
- manutenção predial das unidades públicas;
- realização de eventos públicos promovidos pelo Município.

Destaca-se que as necessidades relacionadas aos equipamentos de combate a incêndio podem demandar adequações complementares em determinadas unidades administrativas, especialmente em situações envolvendo alterações estruturais, ampliações de prédios públicos ou atendimento de exigências emitidas pelos órgãos competentes.

Além disso, durante a realização de eventos públicos, festividades e atividades com concentração de público, poderá haver necessidade de utilização complementar de

equipamentos de prevenção e combate a incêndio, em atendimento às exigências de segurança aplicáveis a eventos temporários.

Contudo, registra-se que a presente necessidade pode ser executada de forma autônoma, não dependendo diretamente da formalização prévia de outras contratações para sua viabilização.

Assim, embora existam ações e serviços correlatos relacionados à segurança das edificações públicas e à prevenção contra incêndio, não foram identificadas, neste momento, contratações interdependentes indispensáveis à implementação da solução objeto deste estudo técnico preliminar.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a adoção da solução identificada no presente estudo técnico preliminar, a Administração Pública Municipal pretende alcançar melhores condições de segurança, controle e adequação dos equipamentos de prevenção e combate a incêndio utilizados nas repartições públicas municipais.

A solução busca assegurar que os prédios públicos mantenham condições adequadas de proteção contra princípios de incêndio, proporcionando maior segurança aos servidores públicos, usuários dos serviços municipais e ao patrimônio público.

Dentre os principais resultados pretendidos, destacam-se:

- manutenção das condições adequadas de segurança nas edificações públicas municipais;
- adequação dos equipamentos de combate a incêndio às normas técnicas e exigências legais aplicáveis;
- redução dos riscos relacionados a falhas operacionais, vencimento ou inadequação dos equipamentos;
- preservação da integridade física de servidores, usuários e demais frequentadores das unidades públicas;
- proteção do patrimônio público municipal;
- melhoria do controle e acompanhamento da situação dos equipamentos instalados nas unidades administrativas;
- padronização gradual dos equipamentos e serviços relacionados à prevenção e combate a incêndio;
- atendimento contínuo das necessidades de manutenção, recarga e substituição dos equipamentos;

- maior eficiência administrativa na gestão dos equipamentos de segurança;
- redução de ocorrências decorrentes da ausência de manutenção preventiva;
- apoio à regularidade das edificações perante os órgãos fiscalizadores e de segurança;
- atendimento das exigências aplicáveis à realização de eventos públicos promovidos pelo Município.

Pretende-se ainda garantir maior continuidade das atividades administrativas e da prestação dos serviços públicos, minimizando riscos de interrupções decorrentes de irregularidades relacionadas às condições de segurança das edificações públicas.

Dessa forma, os resultados esperados estão diretamente relacionados à melhoria das condições de segurança, eficiência operacional, conformidade normativa e preservação do interesse público no âmbito da Administração Municipal.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para viabilização da futura contratação e adequada execução da solução pretendida, a Administração Municipal deverá adotar previamente as seguintes providências:

- consolidação das demandas encaminhadas pelas secretarias municipais participantes;
- conferência e validação dos quantitativos levantados durante as visitas técnicas realizadas nas repartições públicas;
- atualização do levantamento dos equipamentos existentes, incluindo situação de conservação, validade e necessidade de manutenção ou substituição;
- definição da forma de execução da solução e da estratégia de contratação mais vantajosa para a Administração;
- elaboração do Termo de Referência contendo especificações técnicas adequadas e compatíveis com as necessidades identificadas;
- realização de pesquisa de preços em conformidade com a legislação vigente;
- verificação da disponibilidade orçamentária para atendimento da despesa;
- definição dos responsáveis pela gestão e fiscalização contratual;
- análise das exigências técnicas e documentais necessárias à habilitação das futuras empresas participantes;

- verificação das exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso aplicáveis às unidades públicas municipais;
- organização das informações relacionadas aos equipamentos existentes em cada unidade administrativa, visando melhor controle e acompanhamento da execução contratual.

A Administração deverá ainda observar, durante a fase preparatória da futura contratação:

- a compatibilidade da solução com as necessidades efetivamente identificadas;
- o atendimento às normas técnicas e regulamentações aplicáveis;
- a adequação da modelagem da contratação quanto ao parcelamento, forma de execução e critérios de julgamento;
- a definição de mecanismos adequados de controle, fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços e fornecimentos.

Registra-se que, até o presente momento, não foram identificadas necessidades de grandes adequações estruturais, aquisição de infraestrutura complementar ou capacitações específicas de servidores como condição prévia indispensável para viabilização da solução pretendida.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

A solução relacionada aos equipamentos de prevenção e combate a incêndio poderá gerar impactos ambientais decorrentes, principalmente, do descarte inadequado de resíduos, componentes metálicos, agentes extintores, peças substituídas e equipamentos considerados inservíveis.

Os serviços de manutenção, recarga e substituição de extintores envolvem materiais que demandam tratamento adequado, especialmente substâncias químicas utilizadas nas cargas extintoras, cilindros metálicos, mangueiras, válvulas, lacres e demais componentes passíveis de descarte ou substituição.

Dentre os principais impactos ambientais identificados, destacam-se:

- geração de resíduos provenientes de equipamentos danificados ou condenados;
- descarte inadequado de componentes metálicos e materiais químicos;
- risco de contaminação ambiental decorrente do manejo incorreto dos agentes extintores;

- geração de resíduos oriundos das atividades de manutenção e recarga dos equipamentos.

Com o objetivo de minimizar os impactos ambientais relacionados à solução, deverão ser observadas as seguintes medidas mitigadoras:

- destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- observância das normas ambientais aplicáveis ao descarte de materiais e substâncias químicas;
- reaproveitamento de equipamentos e componentes sempre que tecnicamente viável e seguro;
- substituição apenas dos equipamentos efetivamente inservíveis ou condenados;
- utilização de materiais e equipamentos em conformidade com normas técnicas e de segurança;
- adoção de práticas que reduzam desperdícios durante a execução dos serviços;
- responsabilidade da futura contratada quanto ao correto manejo, transporte e destinação dos resíduos provenientes dos serviços executados.

A Administração deverá exigir que os procedimentos relacionados à manutenção, recarga, substituição e descarte dos equipamentos sejam realizados em conformidade com a legislação ambiental vigente e demais normas aplicáveis à atividade.

Considerando a natureza da solução pretendida, entende-se que os impactos ambientais identificados são considerados de baixo potencial, desde que observadas as medidas adequadas de controle, manejo e destinação dos materiais utilizados e descartados durante a execução dos serviços.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Considerando os estudos realizados ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a solução proposta se mostra viável sob os aspectos técnico, operacional, administrativo e econômico para atendimento das necessidades do Município de Cláudia-MT relacionadas à prevenção e combate a incêndio nas repartições públicas municipais.

O levantamento das necessidades realizado pelas secretarias municipais, em conjunto com a Técnica de Segurança do Trabalho do Município, permitiu identificar a situação atual dos equipamentos existentes e as demandas necessárias para manutenção das condições adequadas de segurança das edificações públicas.

As análises de mercado demonstraram a existência de soluções disponíveis e compatíveis com as necessidades da Administração Pública Municipal, sendo identificada como mais vantajosa a adoção de solução integrada envolvendo fornecimento complementar de equipamentos, manutenção, recarga, testes e demais serviços correlatos, conforme demanda identificada em cada unidade administrativa. Verificou-se ainda que a solução pretendida:

- atende às necessidades operacionais das secretarias municipais;
- apresenta compatibilidade com as exigências legais e normativas aplicáveis;
- contribui para a segurança de servidores, usuários e patrimônio público;
- possibilita maior controle e eficiência na gestão dos equipamentos de combate a incêndio;
- mostra-se compatível com a realidade estrutural e administrativa do Município.

Dessa forma, considerando os elementos constantes neste estudo técnico preliminar, declara-se viável o prosseguimento da futura contratação destinada ao atendimento das necessidades relacionadas à adequação, manutenção e disponibilização de equipamentos de prevenção e combate a incêndio nos prédios públicos municipais.

(x) viável

() não viável

14. ANEXOS

Documentos utilizados na elaboração deste estudo.

Cláudia – MT, em 03 de junho de 2026.

Responsável pela elaboração:

Maria Aparecida Bueno
Técnico Administrativo/Diretor de Departamento
Sec. Munic. De Administração

Ciente:

RODRIGO NICARETTA
Secretário Municipal de Administração